

Sendo assim, a Impetrante opôs recurso administrativo, em 18/07/2019 questionando o uso de robôs, todavia apesar das diversas irregularidades apontadas no recurso administrativo o mesmo foi indeferido nos seguintes termos:

*Assim, não merecem prosperar as alegações da Recorrente, não havendo que se falar em ilegalidade no Processo Licitatório 1451044/000046/2019, haja vista que a empresa Aparecida Regina Caissarotti afirma que não fez uso de robôs no presente certame, que a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais confirma que em sua análise, não foram constatadas indícios de irregularidades no seio de lances do processo, nem situação que caracterizaria provável uso de "robô" que teria sido utilizado ilegalmente para cobrir lances, e que o posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, quando do julgamento do caso concreto é no sentido de que não há nenhum impedimento legal para utilização de robótica em procedimentos da Administração Pública, especialmente na realização de lances em Pregão Eletrônico. 2. Tratando a questão de processos licitatórios, a otimização trazida pelo uso da robótica favorece a celeridade e eficiência, princípios caros à Administração Pública. 3. O uso de robô por si só não determina a vitória do licitante.*

*Desta feita, a Comissão entende infundado o apelo administrativo porque a decisão habilitadora tem apoio no edital e na lei, não tendo a Recorrente trazido fato ou direito novo que a elidisse.*

Nobre julgador é inconteste que foi utilizado softwares de robô no referido certamente conforme ficara comprovado na presente exordial, ademais a decisão de negativa é totalmente arbitrária, visto que não houve nenhuma decisão conclusiva do TCE tendo em vista que o processo ainda encontra-se em tramite junto ao Tribunal de Contas do Estado em fase de diligências para análises do fatos, ressalte-se ainda que o próprio TCE concluiu no sentido de que houve sim a utilização de robôs no certame conforme será explanado adiante.

Destaque ainda que conforme será comprovado por laudo técnico juntado, ao presente, o sistema de CAPTCHA não promove nenhuma segurança ao sistema de pregão eletrônico, ao contrario do que é alegado na negativa administrativa. O laudo técnico juntado representa de forma clara e inconteste que o sistema de CAPTCHA utilizado pela administração pública encontra-se ultrapassado, podendo ser facilmente burlado por softwares de robôs, cada dia mais sofisticados, e que são oferecidos livremente mercado online.

Em resposta ao recurso administrativo o impetrado alega que o sistema de pregão utiliza-se de um mecanismo que supostamente consegue inibir a utilização de robôs em pregões eletrônicos. Todavia conforme se pode observar às fls, 6-7 do laudo elaborado por expert contratado pela Impetrante, o referido sistema encontra-se ultrapassado, podendo ser facilmente burlado, não trazendo qualquer segurança para o procedimento administrativo.

Não deve, ainda, prosperar a alegação de que os lances da impetrada foram efetuados com intervalos mínimos de 6 (seis segundos) entre si. Todavia nobre julgador o